

DRd | Desenvolvimento Regional em debate

Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado

EMPODERAMENTO DE COMUNIDADES RURAIS COMO PRÁTICA DE REVITALIZAÇÃO DE ALDEIAS¹

Hermínia Júlia de Castro Fernandes Gonçalves²

Ana Alexandra Marta-Costa³

Artur Cristóvão⁴

RESUMO

De um modo geral, os territórios rurais em Portugal, sobretudo os do interior, têm vindo a perder população, o que origina uma crescente desvitalização da economia e o declínio social, num processo em espiral com consequências negativas para a coesão do território e o desenvolvimento global do país. O projeto ASAS, de âmbito nacional, focou-se na intervenção em aldeias rurais isoladas, com base numa estratégia integrada de diversificação da economia e de criação de emprego local, através da valorização dos recursos endógenos do território, da participação comunitária e da cooperação interterritorial. A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro dinamizou este projeto na região Norte de Portugal. Numa primeira fase, foram identificadas e caracterizadas oito aldeias, cujos processos de desenvolvimento registam práticas comunitárias ativas e diferenciadas, potencialmente sustentáveis e transferíveis para outros contextos. Posteriormente, foram selecionadas as aldeias de Provesende (Sabrosa) e Santa Leocádia de Geraz do Lima (Viana do Castelo), para uma análise SWOT, mais aprofundada com as comunidades, que mobilizou a participação ativa dos residentes e agentes institucionais. Dos resultados, destaca-se, como denominador comum, a importância de conhecer experiências exteriores e de envolver a população local para atingir níveis de cumplicidade, adesão e comprometimento. São precisos mais contactos com a população, é preciso animar o território, mas faltam agentes ativos e dinamizadores, que promovam mais consensos, que ajudem a ultrapassar obstáculos, a alargar os horizontes e que liderem os processos em determinados momentos. É fundamental a avaliação das práticas e a promoção da reflexividade, envolvendo as comunidades.

Palavras-chave: Animação territorial. Democracia participativa. Desenvolvimento rural. Empoderamento. Governança.

¹Agências de Financiamento: Associação ANIMAR, Instituto das Comunidades Educativas; ADCMoura.

Observação do Editor: Mantem-se no texto a forma de escrita da língua portuguesa, conforme padrões linguísticos observados em Portugal.

²Doutora em Sociologia, Professora Auxiliar do Departamento de Economia Sociologia e Gestão (DESG), Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Investigadora efetiva do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Diretora do 1º e 2º Ciclo de Serviço Social, Portugal. E-mail: hgoncalves@utad.pt.

³Doutorada em Ciências Agro Sociais, Professora Auxiliar no Departamento de Economia Sociologia e Gestão (DESG), da Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e Investigadora efetiva e Diretora Adjunta do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Portugal. E-mail: amarta@utad.pt.

⁴Agregado em Sociologia e Extensão Rural. Doutoramento em Educação Contínua e Vocacional-Extensão Educativa. Professor Catedrático do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG), Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD), Investigador efetivo do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Portugal. E-mail: acristov@utad.pt.

EMPOWERMENT OF RURAL COMMUNITIES OF PRACTICE AS REVIVAL OF VILLAGES

ABSTRACT

In general, rural areas in Portugal, especially the interior ones, have been losing population, leading to a growing economic and social decline, in a spiral process with negative consequences for the cohesion of the territory and the country's overall development. The nationwide ASAS project focused on the intervention in isolated rural villages, based on integrated strategies to diversify the economy and create local jobs through the enhancement of endogenous resources, community participation and inter-territorial cooperation. The University of Trás-os-Montes and Alto Douro promoted this project in the North of Portugal. In the first phase, eight villages were identified, featuring development processes characterized by active and differentiated community practices, potentially transferable to other contexts. Subsequently, the villages of Provesende (Sabrosa) and Santa Leocadia of Geraz Lima (Viana do Castelo), were chosen for a SWOT analysis with an active participation of residents and institutional agents. The objective of this article is to analyze the results obtained with the studied communities, and to promote a comparative analysis of different territorial approaches to rural development. The results show the importance of knowing outer experiences and involving the local population in order to achieve levels of complicity and commitment. More and better exchanges with the population are crucial, as well as territorial animation, but facilitation agents, able to promote consensus, help to overcome obstacles and broaden horizons, are lacking. It is necessary to evaluate development practice and to promote reflexivity, involving the communities.

Keywords: Territorial Animation. Participatory democracy. Rural Development. Empowerment. Governance.

INTRODUÇÃO

No âmbito deste artigo procede-se a alguma reflexão conceptual em torno da compreensão de um conceito – empoderamento – cujo sujeito a empoderar é a própria comunidade. Partindo de uma realidade de desenvolvimento comunitário e rural em aldeias, suportada no projeto ASAS, o artigo promove a análise das abordagens e estratégias utilizadas em torno de uma ação pedagógica de animação territorial.

O desenvolvimento centrado nas pessoas e nos territórios locais é uma via que tem atraído a atenção de políticos, técnicos e académicos, que se baseia, por um lado, numa visão democrática da sociedade e considera os cidadãos e a dita sociedade civil como stakeholders ativos na governança dos assuntos locais, e, por outro lado, numa abordagem integrada, intersectorial, endógena, específica e suportada na investigação na-ação. O caráter específico e contextualizado destas intervenções parece sugerir que o conceito de empoderamento deve ser definido à luz dos objetos de análise, o que produz, frequentemente, um uso polissémico do conceito, variando o seu entendimento em função dos contextos da aplicação e das posições ideológicas que o interpretam.

Reconhece-se a importância de reforçar um debate que problematize o empoderamento, entalecendo relações e conceções, entre a realidade contextual e os marcos

políticos, entre as virtudes e os desafios que ainda se colocam a estes processos, no quadro do desenvolvimento comunitário. O presente artigo pretende identificar ideias chave subjacentes ao empoderamento de comunidades, explorando possíveis implicações, tanto na categoria analítica como na categoria empírica, ao nível da revitalização de aldeias.

Iniciamos o artigo com a discussão do estado da arte do tema aqui abordado, com destaque para o conceito empoderamento. A seguir são caracterizadas as experiências, finalizando com as análises e conclusões.

ESTADO DA ARTE, EMPODERAMENTO DE COMUNIDADES RURAIS

O empoderamento é o processo através do qual os sujeitos - individuais e coletivos - de uma comunidade, por meio de processos participativos, constroem estratégias políticas locais, que visam atingir objetivos comuns, consensualmente traçados. Está associado à noção de governança do espaço público, de capacidade e de liberdade de participação na tomada de decisões. Embora existam vários níveis de empoderamento - individual, interpessoal, organizacional e comunitário, no âmbito deste artigo reflete-se, sobretudo, o empoderamento comunitário, como prática de revitalização de aldeias.

Segundo Perkins e Zimmerman (1995), o empoderamento é uma construção que liga forças e competências individuais com sistemas naturais e organizacionais de ajuda. Importará, por conseguinte, desenvolver comportamentos pró-ativos de mudança social, envolvendo organizações e recursos em torno da construção de comunidades responsáveis. Com efeito, no quadro dos processos políticos de reforma e sustentabilidade do Estado Social, pensar o empoderamento passará por comprometer indivíduos, grupos, organizações e comunidades, numa postura emancipatória em torno de controlo do espaço público e da construção da ação coletiva. O caminho será o da intervenção social e comunitária com indivíduos e organizações, consubstanciada em projetos de desenvolvimento, de combate à exclusão social, de promoção de direitos, desenhados no, e para, os âmbitos local e regional.

Entendendo a cidadania como um processo de construção, que reflete a interligação do indivíduo com o Estado, do qual fazem parte diversas dimensões, civil, jurídica, política, económica, cultural e social, dando origem a uma diversidade de práticas de cidadania em função dos contextos sociopolíticos (SANTOS, 1995; NOGUEIRA *et al.*, 2001), e subscrevendo a noção de contrato social de Rousseau (1980), que se apoia num conjunto de valores de igualdade e liberdade para advogar a lógica de participação direta do povo no ato legislativo e na definição da vontade geral, defende-se uma lógica de participação popular suportada em processos de empoderamento individual, coletivo e organizacional.

O empoderamento de comunidades, cujo objetivo central passa por promover a conquista dos direitos de cidadania, cria a capacidade no ator individual ou coletivo de usar os seus recursos económicos, sociais e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público, na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos (ROMANO, 2002). A noção de empoderamento está, assim, profundamente associada à noção de cidadania moderna que se foi consolidando, entre contratos e compromissos associados ao desenvolvimento dos Estados Providência. Mas os constrangimentos fiscais do Estado-Providência e a austeridade da agenda política atual estão

a comprometer a universalidade dos direitos sociais e a justiça social redistributiva, constituindo-se no limite sociológico à expansão da cidadania social (GONÇALVES *et al.*, 2012).

Considera-se vital promover uma mudança na estrutura institucional, de modo a potenciar a sinergia entre Estado e sociedade. A proposta de Friedmann (1996) perspetiva uma noção de empoderamento capaz de reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a ação do Estado crucial e sujeita à prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na governança dos seus próprios assuntos.

A noção de empoderamento foi, progressivamente, apreendendo o discurso do desenvolvimento alternativo, que criticava a centralidade quase absoluta do crescimento económico e o mimetismo ao ocidente. No desenvolvimento alternativo observam-se dimensões como a liberdade política, o respeito pelo meio ambiente, a solidariedade, a paz e a segurança material (FRIEDMANN, 1996, SEN, 1999).

As ações de empoderamento traduzem-se num aumento da capacidade de gerar processos de desenvolvimento, coletivos e sustentáveis, coordenando recursos e iniciativas, ainda que através da mediação de agentes externos (GOHN, 2004). Trata-se de um processo cujo resultado aprofunda a democracia participativa das comunidades, e, à medida que as envolve na criação das suas políticas locais e na definição das suas trajetórias, empodera-as. Por outro lado, este mesmo processo aperfeiçoa as formas de democracia representativa, em aspetos como o seu desenho institucional, instâncias de participação e de deliberação, segundo orgânicas de parceria e de rede.

Os programas e os projetos que operam sobre a base territorial, quer resultem da inspiração e financiamento das instâncias europeias, quer se enquadrem nos programas estatais do Estado-Nação, dependem, cada vez mais, das entidades locais e regionais, da colaboração entre atores locais diversos, da participação coletiva dos cidadãos e suas organizações, da constituição de plataformas inter-regionais de interesses, conferindo um maior poder de influência aos atores locais. Porém, estas lógicas de intervenção enfrentam ainda múltiplos obstáculos, estando os atores (ligados ao Estado e não só) presos ao ciclo vicioso das abordagens clássicas, centralizadas, disciplinares e sectorializadas (GONÇALVES; CRISTÓVÃO, 2012).

OITO ALDEIAS SUSTENTÁVEIS E ATIVAS

De um modo geral, os territórios rurais, sobretudo os do interior, têm vindo a perder população, o que origina uma crescente desvitalização da economia e o declínio social, num processo em espiral com consequências negativas para a coesão do território e o desenvolvimento global do país. Contudo, muitos territórios rurais têm resistido a estes processos, com maior ou menor grau de sucesso, através de iniciativas de desenvolvimento de carácter muito diverso, alicerçadas em recursos locais e em atividades enraizadas no tecido socioeconómico da comunidade. No âmbito do Projeto ASAS, na região Norte, numa primeira fase, foram identificadas e caracterizadas oito aldeias, cujos processos de desenvolvimento registam práticas comunitárias ativas e diferenciadas, potencialmente sustentáveis e transferíveis para outros contextos, como se pode observar no quadro 1.

Quadro 1 – Oito Aldeias Ativas

Aldeia	População	Características centrais	Principais recursos	Atividades Dinamizadoras	Atores envolvidos
Gimonde	341	Localização de fronteira; Integra o Parque Natural de Montesinho.	Agricultura; Tradições alimentares; Natureza e paisagem; Património histórico.	Agricultura; Pecuária; Restauração; Produtos locais; Turismo.	Pequenas empresas; Organizações locais.
Rio de Onor	76	Localização de fronteira; Integra o Parque Natural de Montesinho; Tradições de vida comunitária; Integra a rede “Aldeias de Portugal”.	Agricultura; Tradições comunitárias; Natureza e paisagem.	Agricultura; Pecuária; Pequeno comércio; Turismo.	CORANE - Associação de desenvolvimento Local.
Palçaoulo	554	Localização transfronteiriça; Aldeia com forte dinamismo industrial; Sem desemprego.	Saber e capacidade de iniciativa associados à indústria.	Indústria da cutelaria e tanoaria; Outras atividades comerciais, agrícolas e de serviços.	Pequenas empresas.
Podence	250	Forte tradição cultural ligada aos festejos do carnaval, os Caretos de Podence; Integra Parque de Natureza do Azibo.	Tradições culturais; Património religioso; Parque de Natureza do Azibo.	Animação cultural e turística.	Grupo Etnográfico; Museu; Câmara Municipal; Junta de Freguesia.
Pombal	324	Dinâmica cultural; 15 anos de Festival de Artes; Requalificação no âmbito do Projeto “Portas da Terra Quente Transmontana”; Termalismo.	Agricultura; Águas termais; Dinâmica cultural ligada ao teatro.	Agricultura; indústria do vinho, azeite e panificação; Termalismo; Atividades culturais.	Associação Cultural e Recreativa; Junta de Freguesia.
Provesende	310	Aldeia vinhateira do Douro; Requalificação no quadro da AIBT-Douro; Património histórico traduzido nas suas casas senhoriais.	Vinha e vinho; Património construído; Natureza e paisagem.	Vitivinicultura; Turismo; Artesanato.	Junta de Freguesia; Associações locais; Igreja; Empresários de turismo.
Aboim	355	Aldeia de montanha; Riqueza patrimonial traduzida nos núcleos megalíticos e medievais.	Património histórico-arqueológico; Moinho de vento; Museu; Povoações de montanha.	Construção civil; Animação cultural; Circuitos pedestres.	Sol do Ave - ADL; Junta de Freguesia; Câmara Municipal; Museu; Parcerias.

Sta. Leocádia de Geraz do Lima	1436	Integra Terras de Geras; Integra rede de iniciativas de Orçamento Participativo; Possui Plano Estratégico de Desenvolvimento; Integra Projeto “Geraz com Querença”.	Agricultura; Património histórico; Equipamentos sociais; Natureza e paisagem.	Agricultura; Pecuária; Comércio; Exploração florestal; Pequena indústria.	Junta de Freguesia; Cooperativa para o Desenvolvimento de Geraz do Lima; Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
--------------------------------	------	--	--	---	---

Fonte: Elaboração própria

Este artigo procede a uma sucinta caracterização destas aldeias, destacando as peculiaridades, as boas práticas de desenvolvimento e as condições de transferibilidade para outros contextos.

As oito aldeias selecionadas localizam-se nos concelhos de Bragança (Gimonde e Rio de Onor), Carrazeda de Ansiães (Pombal de Ansiães), Fafe (Aboim), Macedo de Cavaleiro (Podence), Miranda do Douro (Palaçoulo), Sabrosa (Provesende) e Viana do Castelo (Sta. Leocádia de Geraz do Lima). A sua população varia entre os 76 habitantes de Rio de Onor e os 1436 de Sta. Leocádia de Geraz do Lima, tendo a maioria das restantes em torno de 300 habitantes. De uma forma geral, a população tem vindo a declinar, com maior ou menor intensidade, e a dinâmica socioeconómica local é muito variável e está assente em recursos e atividades diferenciados.

Como se observa no quadro, cada aldeia é diferente das restantes, sendo de realçar a diversidade, não só quanto às características principais, bem como quanto aos recursos mobilizados, atividades dinamizadoras e atores envolvidos nas dinâmicas de desenvolvimento. No que toca às atividades dinamizadoras, a agricultura é uma presença muito comum, atendendo ao carácter rural dos territórios, mas outras marcam presença, com destaque para o turismo, a animação cultural, a indústria e o artesanato.

No campo da indústria merece destaque a aldeia de Palaçoulo, no concelho de Miranda do Douro, que aprofundou a tradição familiar ligada à cutelaria e à tanoaria, tendo hoje um conjunto de unidades de pequena-média dimensão que produzem para o mercado nacional e para exportação. Na verdade, cerca de 80% dos produtos da tanoaria são exportados para a África do Sul, Alemanha, Austrália, Espanha, Estados Unidos, França, Irlanda do Norte e Nova Zelândia, e situação similar ocorre com a cutelaria, exportada para a Alemanha, Angola, Espanha, Lituânia, Moçambique e Suíça. Entre as empresas destacam-se a Tacopal, com mais de um século de existência, e a Cutelaria Martins, com cerca de meio século. Esta aldeia, apesar de uma população relativamente pequena, possui um conjunto variado de outras atividades económicas (serralharia, construção civil, agricultura, artesanato, oficinas de reparação de automóveis e comércio) e numerosos serviços (recolha de lixo, abastecimento de água e águas residuais, lar de terceira idade, cooperativa, instituições bancárias, tipografia, extensão de saúde, hotelaria, cafés e restaurantes, escolas do pré-escolar e 1º ciclo).

Gimonde, por seu lado, destaca-se pelas atividades ligadas à agricultura, pecuária, restauração, produtos locais e turismo. Efetivamente, é palco de alguns negócios de natureza familiar, ligados à restauração, ao fabrico do pão e ao turismo rural. A Padaria Regional coze

o pão tradicional, em fornos aquecidos a lenha, que vende diretamente e através da grande distribuição (supermercados Continente). O Restaurante D. Roberto, que está a funcionar desde 1935, aposta na gastronomia regional, e, nos últimos anos, face à necessidade de afirmação como unidade de referência, a gerência remodelou e modernizou o espaço, sendo um dos poucos restaurantes típicos certificados pela marca “Parques com Vida”. Conta ainda com taberna típica e uma loja de produtos regionais, a loja do D. Roberto.

No campo do turismo deve ser sublinhado o caso de Provesende. Esta aldeia, situada no Douro vinhateiro Património da Humanidade, foi objeto de intervenção em 2008 no âmbito da AIBT – Douro – Coesão e Qualificação Territorial. A obra executada visou a requalificação de infraestruturas básicas, arruamentos e cerca de 118 fachadas/coberturas de edifícios, tendo contribuído para a melhoria do nível de vida da população e para a identidade histórica e valorização da aldeia. Paralelamente, foi também palco de dinamização turística, através do Festival das Aldeias Vinhateiras, e de investimentos no campo da restauração, alojamento turístico e artesanato. Entre as iniciativas regulares temos: a Feira do Vinho, organizada pela Junta de Freguesia, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e Fábrica da Igreja de Provesende e a Associação Sabrosa DOURO XI; a Loja Informação Turística e de venda de produtos locais, da responsabilidade da Junta de Freguesia; e o Circuito Pedestre Miguel Torga, implementado pela Câmara Municipal de Sabrosa.

No campo da animação cultural temos três casos, cada um com as suas peculiaridades: Podence, Pombal de Ansiães e Aboim. Podence tem a singular tradição etnográfica ligada à figura do Careto, que promove a aldeia no exterior através do Grupo Etnográfico “Os Caretos” e do Museu do Careto. O Museu tem uma sala de exposições, com uma mostra permanente da tradição carnavalesca dos Caretos, um espaço multiusos, a Tasquinha Regional “O Careto”, a loja e o moinho. O museu apoia visitas guiadas e constitui-se num Pólo de dinamismo da cultura local, sendo de referir os eventos para o Roteiro Turístico do Nordeste Transmontano e de apoio ao Parque de Natureza do Azibo. O Grupo etnográfico, constituído em 1985 dentro de uma associação cultural, tem como objetivo de preservar a tradição carnavalesca e conta com cerca de 20 elementos, todos homens. A antiguidade e originalidade desta tradição do Carnaval, cheia de cor e som, fizeram dos Caretos personagens famosas para lá dos limites da aldeia.

Em Pombal de Ansiães destaca-se a Associação Recreativa e Cultural de Pombal de Ansiães (ARCPA), com atividades que extravasam a localidade e o concelho, como a feira dos vinhos e iniciativas culturais. A ARCPA foi fundada em 1975, a 18 de Setembro. A nova sede, inaugurada em 1985, junto da Igreja Matriz e do cemitério, é o polo para os ensaios do seu grupo cénico e o convívio dos seus associados. A sua iniciativa mais emblemática é o FARPA, Festival de Artes de Pombal de Ansiães, iniciado há cerca de 15 anos. Outro importante valor da freguesia, com importância para a sua dinamização e o desenvolvimento local, são as Caldas de S. Lourenço, com águas termais famosa, que curam doenças de reumatismo e de pele. Situadas a três quilómetros de Pombal, têm capacidade para 80 aquestas e ajudam a dar nome à freguesia e a captar turismo, tendo sido objeto de alguma renovação em 2010/11. A localidade tem um Hotel Rural (Flor do Monte) com 16 quartos. É de sublinhar que, fruto da sua dinâmica cultural e da proximidade das caldas, Pombal de Ansiães foi uma das aldeias selecionadas para integrar o Programa das Portas da Terra Quente Transmontana, implementado no quadro da Ação Integrada de Base Territorial do Douro, que permitiu concretizar várias obras de beneficiação urbanística e de dinamização local.

Aboim, por seu turno, tem procurado mobilizar os seus recursos patrimoniais, a favor de uma dinâmica cultural e turística. O moinho de vento, reconstruído em 2008, com grande envolvimento popular, pertence hoje à Rede Portuguesa de Moinhos. Era uma ruína que a Junta de Freguesia resolveu recuperar, com o apoio da Câmara Municipal de Fafe e do Programa Leader, através da Associação Sol do Ave. A investigação e reconstrução do moinho esteve a cargo da Etnoideia e visou um aproveitamento do moinho para fins turísticos. Assim, foi criado o Museu do Moinho e do Povo de Aboim na antiga escola da aldeia, cuja exposição valoriza a história, a terra e as gentes de Aboim. O Museu foi promovido conjuntamente pela Junta de Freguesia de Aboim e pela Câmara Municipal de Fafe, em parceria com a Sociedade Internacional de Molinologia e da Rede Portuguesa de Moinhos. Integra-se nos circuitos pedestres “À descoberta de Aboim”, “Rota do Marouço” e “Aldeias das Margens do Rio Vizela”.

Rio de Onor, em pleno Parque Natural do Montesinho, tem desenvolvido uma estratégia claramente integrada, que passa pelo turismo. A aldeia está inserida na rede de Aldeias de Portugal, do Projeto de cooperação interterritorial LEADER+, financiado pelo PRODER, com o apoio da CORANE. O projeto resulta numa parceria entre as Associações LEADER da Região Norte de Portugal (15 associações de desenvolvimento local) e tem por objetivo a promoção e valorização de aldeias classificadas com elevado valor histórico, cultural e ambiental. São objetivos gerais a: a dinamização do turismo rural e o aumento das atuais taxas de ocupação; a fixação e rejuvenescimento das populações rurais; a valorização e intercâmbio cultural; a recuperação e promoção do Património cultural local; a criação de um complemento à economia familiar; e a criação de uma rede europeia de alojamento em turismo de aldeia. De forma específica, o projeto visa garantir a oferta de alojamento em casas de aldeia recuperadas, com excecional qualidade, e geridas de uma forma integrada. Os visitantes, além de alojamento, têm acesso ao artesanato local, produtos agrícolas, e itinerários históricos e culturais.

Finalmente, com uma dinâmica mais integrada e participativa temos o caso de Sta. Leocádia de Geraz do Lima. A freguesia implementou, pela primeira vez em 2008, uma metodologia de Orçamento Participativo. Trata-se de uma das experiências mais inovadoras no contexto nacional, pelo carácter deliberativo e por alguns detalhes metodológicos de relevo. A população chegou a decidir 25% do orçamento da junta de freguesia do ano de 2009 e 12,5% no ano de 2010. Também em 2008, a Junta de Freguesia criou um Plano de Desenvolvimento Estratégico, cujo objetivo principal é a dinamização da economia local, através do envolvimento da comunidade, valorização das potencialidades locais, promoção do associativismo e empreendedorismo.

Em 2010, a Junta de Freguesia impulsionou a constituição da CoopDes - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada para o Desenvolvimento Sustentável de Geraz do Lima. A falta de um espírito empreendedor, o receio em investir em novos projetos e a falta de uma mentalidade associativa, bem como a existência de potencialidades totalmente inexploradas, foram a motivação principal para a criação desta Cooperativa. Atualmente envolvida no projeto “Geraz com Querença”, promovido por três entidades - a CoopDes, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) e a Câmara Municipal de Viana do Castelo -, que em conjunto formam o triângulo institucional promotor. O projeto consiste na definição de uma estratégia para a dinamização do território, cuja implementação assenta na constituição de uma equipa de missão (nove jovens recém-licenciados ou mestres do IPVC de várias áreas de qualificação, desempregados), localmente coordenados por um técnico mais

experiente (pivô), e apoiados por uma comissão organizadora (com dois representantes de cada entidade) e por uma comissão técnica de acompanhamento (professores do IPVC e outros especialistas convidados).

O trabalho realizado em Geraz cruza projetos coletivos, desenvolvidos pela equipa de missão e com incidência comunitária, visando o desenvolvimento económico, o reforço da identidade e a valorização do património das Terras de Geraz, com projetos individuais, realizados por cada jovem, com base nos recursos endógenos e procurando, também, o desenvolvimento do território.

Os atores envolvidos são também variáveis, sendo presença comum as autarquias, organizações locais e associações de desenvolvimento. Em Gimonde e Palaçoulo marcam presenças as empresas locais, em Provesende a igreja e empresas de vinhos e turismo, e em Sta. Leocádia de Geraz do Lima a Cooperativa de Desenvolvimento e uma instituição de ensino superior. Em várias situações estão presentes parcerias locais, como nos casos de Rio de Onor, Podence, Provesende, Aboim e Sta. Leocádia de Geraz do Lima.

As iniciativas de desenvolvimento local destas oito aldeias evidenciam boas práticas com possível aplicação noutros contextos. Nesse sentido, o Quadro 2 sistematiza algumas dessas boas práticas e sugere também condições de transferibilidade, numa perspetiva transversal.

Quadro 2 – Exemplos de Boas Práticas de Desenvolvimento e de Condições de Transferibilidade

Boas Práticas	Condições de Transferibilidade
<ul style="list-style-type: none">– Valorização e promoção de produtos e atividades locais;– Cruzamento da tradição com a inovação, do endógeno com o exógeno;– Criação de espaços de venda de produtos e oferta de atividades (lojas, museus, espaços culturais);– Busca da originalidade, da singularidade;– Diversificação de produtos e serviços;– Articulação entre produtos e serviços (agricultura, artesanato, turismo, cultura)– Qualificação de produtos e serviços;– Promoção continuada de iniciativas;– Criação de organizações locais (CoopDes);– Dinamização de iniciativas participativas (Orçamento Participativo);– Integração em redes e parcerias (cultura, turismo, património, agricultura, investigação);– Envolvimento em projetos de animação territorial (“Geraz com Querença”, “Aldeias de Portugal”);	<ul style="list-style-type: none">– Vincada tradição e experiência ligada aos produtos e atividades locais;– Capacidade de inovação/qualificação das iniciativas e negócios;– Estratégias dirigidas para a qualidade e a diversificação;– Formação dos recursos humanos;– Vontade de quebrar barreiras de isolamento e de procurar novos saberes, novos parceiros, novos mercados;– Organizações locais ativas;– Competências para o trabalho de animação territorial;– Existência de parcerias (mais ou menos) consolidadas;– Capacidade de captação de recursos financeiros e técnicos externos (“Aldeias de Portugal”, Geraz com Querença”, Museu do Moinho e do Povo de Aboim).

Fonte: Elaboração própria

OS ENCONTROS REGIONAIS

A perspetiva de intervenção integrada em contexto rural foi desenvolvida numa fase posterior do projeto, nas aldeias de Provesende e Santa Leocádia de Geraz do Lima, e

envolveu a mobilização e participação ativa das comunidades locais visando a procura de soluções coletivamente construídas. Estes encontros, dedicados à “Reflexão em torno da revitalização de aldeias, tomando como ponto de partida a dinâmica de desenvolvimento local”, constituíram a dimensão nuclear dos processos locais de desenvolvimento, através da partilha de experiências e leituras da realidade, das recomendações para a intervenção em meio rural, das autoscopias e da responsabilização solidária entre os atores locais.

As aldeias de Provesende e Santa Leocádia de Geraz do Lima foram selecionadas para os encontros atendendo essencialmente aos critérios da localização (Trás-os-Montes e Alto Douro e Entre Douro e Minho, respetivamente) e às dinâmicas presenciadas em cada uma delas. A primeira é uma aldeia vinhateira, com um património histórico-cultural singular, orientada para a valorização do vinho do Porto. A segunda é reveladora de uma animação territorial muito centrada na participação.

Nos dois Encontros participaram agentes públicos, privados e comunitários da sociedade civil, o que mostra a mobilização efetiva dos *stakeholders* relacionados com os processos locais. A discussão realizada centrou-se em torno de três temáticas fundamentais – diagnóstico da aldeia, desafios e propostas para o seu desenvolvimento, cujos principais resultados se apresentam nos Quadros 3 e 4 e se detalham de seguida.

Em Provesende, a viticultura assume-se como atividade dominante, complementada economicamente com outras atividades agrícolas e o turismo. Apesar de ser uma aldeia vinhateira, integrada na Região Demarcada do Douro, não funciona em Rede com a sua envolvente: “*Ver a região como um todo é ainda um handicap*”, como referido por um dos intervenientes do Encontro de Provesende.

Esta aldeia foi objeto de uma requalificação, em 2008, de infraestruturas básicas, arruamentos e fachadas/coberturas de edifícios. Esta intervenção foi fundamental para a valorização da aldeia enquanto recurso e enquanto espaço identitário e patrimonial, melhorou a qualidade de vida e tornou-a mais conhecida e atrativa, mas os habitantes da aldeia ainda não se apropriaram plenamente desta circunstância. Aliás, os residentes não têm sido envolvidos nas intervenções locais, sendo necessário um investimento no empoderamento comunitário, com vista a concertar uma estratégia de desenvolvimento assumida para a aldeia: “*A recuperação de Provesende trouxe visibilidade, mas não se pode oferecer vinho do Porto em copo de plástico*”. Como declarou outro participante no Encontro, “*São necessários guias turísticos, é necessário ter alguém que saiba falar várias línguas, são necessárias regras, para que os serviços prestados sejam de excelência*”.

Quadro 3 – Diagnóstico e desafios para o desenvolvimento da aldeia de Provesende

	Diagnóstico	Desafios
Provesende	<ul style="list-style-type: none"> – Aldeia com riqueza cultural, monumental, histórica e paisagística, marcada pela ruralidade e a atividade vitivinícola; – Não funciona em Rede com o Douro ou com as Aldeias Vinhateiras; – Só ‘funciona’ nos meses de verão e nas vindimas; – É uma aldeia vinhateira infraestruturalmente qualificada, mas sem qualificação das pessoas e dos seus serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> – Planificação; – Empreendedorismo; – Qualificação e educação; – Articulação/Escala de intervenção; – Participação local; – Comunicação.

Fonte: Elaboração própria

Destacaram-se ainda do Encontro outras fragilidades, como o facto do número de visitantes que chega a Provesende ser apenas significativo nos meses de verão e nas vindimas, o que revela instabilidade na oferta de produtos turísticos. Paralelamente, a ausência de transportes coletivos, a inexistência de internet, a falta de espaços disponíveis para construção de casas e infraestruturas, o reduzido número de espaços comerciais, o seu encerramento frequente e o envelhecimento da população, foram outros problemas colocados pelo coletivo de *stakeholders* de Provesende.

No seguimento do diagnóstico em torno da dinâmica de desenvolvimento local desta freguesia, foram lançados, pelos participantes do Encontro, os desafios sintetizados no Quadro 3. Sobre a estratégia integrada de dinamização e animação da aldeia, sublinhou-se a importância de um plano de atividades anual, por forma a contrariar a sazonalidade das visitas à região. A tradição deverá ser cruzada com a inovação, por forma a envolver diferentes públicos e trazer mais pessoas à aldeia. Devem programar-se eventos que permitam ganhar escala, integrados na Rede de Aldeias Vinhateiras, sem descuidar as exigências de qualidade a definir para Provesende.

Os participantes do Encontro sugeriram a criação de condições que promovam o empreendedorismo local. A elaboração de produtos que deem a conhecer a região (bolos, biscoitos), bem como a reconstrução de atividades e equipamentos tradicionais (caso da azenha do azeite), poderão alimentar a atração turística e criar emprego local. A educação comunitária para o desenvolvimento, assente em pressupostos de prestação de serviços de qualidade e de excelência, foi um aspeto muito sublinhado: “*É necessário a existência de pessoas (guias) que falem várias línguas*”. Investir na conectividade da aldeia (interna e externa), na melhoria da articulação entre as instituições, priorizando ações em rede e utilizando como escala de intervenção territorial o Douro e as aldeias vinhateiras, foram também aspectos destacados. No geral, importará procurar soluções participadas, que impliquem o envolvimento dos residentes da aldeia, assim como o contacto com outras experiências por parte dos agentes locais.

Quadro 4 – Diagnóstico e desafios para o desenvolvimento da aldeia de Santa Leocádia de Geraz do Lima

	Diagnóstico	Desafios
– Santa Leocádia de Geraz do Lima	– Aldeia com riqueza natural, arqueológica, patrimonial, cultural e histórica, marcada pela ruralidade e pela participação do povo; – É um “Diamante por lapidar”.	– Empreendedorismo de sucesso; – Adaptação à nova dimensão das freguesias; – Transformação da Régie Cooperativa; – Envolvimento da população local; – Desenvolvimento de parcerias; – Identificação de trilhos pedestres; – Orientação da agricultura do território; – Criação de circuitos curtos de comercialização para os produtos agrícolas; – Criação de loja num centro urbano; – Assegurar quantidade, qualidade e regularidade na oferta; – Agir com cautela e credibilidade; – Animação.

Fonte: Elaboração própria

A aldeia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, com uma riqueza natural, em fauna e flora, arqueológica e patrimonial, com destaque para o seu acervo museológico, cultural e histórico, implementou, pela primeira vez, em 2008, uma metodologia de Orçamento

Participativo. Criou, também nesta data, um Plano de Desenvolvimento Estratégico, para a dinamização da economia local, através do envolvimento da comunidade, da valorização das potencialidades locais, da promoção do associativismo e do empreendedorismo. A sua capacidade de dinamização empreendedora foi mais longe com a constituição, em 2010, da Régie Cooperativa – CoopDes – e com o seu envolvimento no projeto Geraz com Querença, como referido anteriormente. A aldeia foi caracterizada por vários intervenientes no Encontro como “*um diamante por lapidar*”, sublinhando a importância de agregar e implementar ideias de desenvolvimento integrado.

Para a dinamização do desenvolvimento local de Santa Leocádia de Geraz do Lima, os participantes no Encontro destacaram os desafios resumidos no Quadro 4. O empreendedorismo suportado na criação de novas oportunidades de emprego e em estratégias de sustentabilidade económica dos negócios, através da CoopDes e do projeto Geraz com Querença, foi um denominador comum dos vários contributos. A Régie Cooperativa, segundo os participantes, “*deverá transforma-se numa cooperativa sem vínculo político e que implique o envolvimento mais intenso da comunidade*”. A tónica deve centrar-se no escoamento da produção local, valorizando processos de cultivo, embalagem, marca, certificação, marketing e comercialização: “*A criação de circuitos curtos de comercialização para os produtos agrícolas deverá ser desenvolvida para reduzir os custos e facilitar a abordagem direta aos consumidores*”.

Outro aspeto destacado pelos participantes, que aliás se suporta na estratégia de desenvolvimento da aldeia, tem a ver com a abordagem a partir do envolvimento da população local: “*Deverá trabalhar-se com a comunidade e não contra ela. Só assim se agarra o potencial do território*”. Há ainda a preocupação de envolver especialistas para suportar o planeamento e a reflexão conjunta, nomeadamente com o contributo da Universidade e do Politécnico.

Destacaram-se ainda do Encontro outros desafios que se deveriam consubstanciar num projeto de desenvolvimento integrado da aldeia, nomeadamente: (i) identificação de trilhos pedestres, valorizando a riqueza do território em fauna, flora e paisagem; (ii) orientação da agricultura do território, identificando culturas agrícolas mais adequadas, capazes de escoamento no mercado; (iii) criação de loja no centro urbano, promovendo a comercialização dos produtos do território; (iv) assegurar quantidade, qualidade e regularidade na oferta, parâmetros importantes para a comercialização regular dos produtos; (v) agir com cautela e credibilidade, para ganhar a confiança da população local; e (vi) animar o território, para manter a aldeia ativa e sustentável.

CONCLUSÕES

A animação do território e as ações estratégicas mais ou menos coordenadas, a par dos amplos processos de debate de ideias, promovidos no âmbito do projeto ASAS, envolvendo os sujeitos a empoderar, são ainda desafios, que dificilmente terão resposta espontânea, justificando a importância de iniciativas desta natureza, promovidas de fora para dentro do território. À medida que se envolvem as comunidades na criação das suas políticas locais e na definição das suas trajetórias de desenvolvimento, fomentam-se referenciais comuns - entre técnicos, instituições, líderes políticos e a comunidade locais - que se vão consubstanciando

numa linguagem comum e em práticas comunitárias mais conscientes e mais responsáveis, que potenciam a procura de alternativas e a mobilização dos recursos, empoderando as comunidades.

As oito aldeias seleccionadas são, de modo geral, de pequena dimensão, apresentam uma população que tem vindo a declinar, mas, apesar disso, o seu perfil socioeconómico mostra sinais de dinamismo, embora muito variável, assente em recursos e atividades diferenciados. A Figura 1 sistematiza os aspetos-chave resultantes da reflexão comunitária realizada no âmbito dos Encontros de Provesende e Santa Leocádia de Geraz do Lima.

Figura 1 – Aspetos-chave para o desenvolvimento das aldeias de Provesende e Santa Leocádia de Geraz do Lima



Fonte: Elaboração própria do autor

No quadro do desenvolvimento destas aldeias, nomeadamente nos casos de Provesende e Sta. Leocádia de Geraz do Lima, são pertinentes os desafios ao empoderamento de comunidades rurais apresentados no Quadro 5. Contudo, é de ressaltar o caso de Sta. Leocádia de Geraz do Lima, pela experiência de Orçamento Participativa e pela existência de uma base organizativa, que traduzem uma maior capacidade de trabalho coletivo.

Quadro 5 – Desafios atuais ao empoderamento de comunidades rurais

- Trabalhar mais e melhor em rede e parceria, criando serviços e equipas operacionais e multidisciplinares, que promovam uma visão reflexiva e crítica do território.
- Promover uma participação genuína, que dê voz, que alimente a autonomia e a assertividade.
- Promover abordagens pró-ativas que conduzam à análise prospetiva.
- Criar condições de empoderamento, no sentido de promover capacitação dos cidadãos, em particular dos excluídos.
- Envolver a população local para atingir níveis de cumplicidade, adesão e cumplicidade.
- Intervir sobre as causas dos problemas sociais envolvendo autarquias, administração pública em geral, organizações do 3º sector e a sociedade civil não organizada, em função de um mapa de stakeholders.
- Garantir a sustentabilidade das intervenções (da componente metodológica e dos resultados).
- Criar condições para o desenvolvimento dos territórios, combate à pobreza, qualificação das pessoas, acessibilidades intermunicipais, criação de atividades económicas, divulgação de oportunidades e apoios.

Fonte: Gonçalves e Cristóvão (2012).

O desenvolvimento das aldeias é um processo em construção, que implica cruzamentos entre as populações de dentro e de fora. É fundamental conhecer experiências exteriores e envolver a população local na definição e implementação de estratégias de ação. É indispensável esse envolvimento para a cumplicidade e comprometimento das sociabilidades locais. Acresce a importância da qualificação da população local, como via

para um serviço de excelência e de distinção. A escala da estratégia de desenvolvimento revelou-se um pressuposto a ter em conta, por forma a não limitar os produtos e atividades económicas do território. O processo deve suportar-se em espaços de partilha de ideias e experiências, que reforcem a aprendizagem, o empoderamento e as práticas de cidadania.

BIBLIOGRAFIA

CRISTÓVÃO, Artur; GONÇALVES, Hermínia; OLIVEIRA, Catarina (Coord.). **Estratégias coletivas e territorializadas de luta contra a pobreza e exclusão social**. Vila Real: REAPN, 2010.

FRIEDMANN, John. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta Editora, 1996.

GOHN, Maria Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v.13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GONÇALVES, Hermínia; CRISTÓVÃO, Artur. Empoderamento de comunidades (em territórios rurais) e ação coletiva nas políticas locais. In: CEBOLO, Cátia; PEREIRA, José; LOPES, Marcelino (Coord). **Intervenção e educação comunitária**: democracia, cidadania e participação. Chaves: Intervenção, 2012, p. 297-317.

GONÇALVES, Hermínia. Estratégias coletivas de governação local no campo social. In: **Atas do VII Congresso Português de Sociologia**, 20 a 23 jun. 2012. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia, 2012. Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0016_ed.pdf>.

NOGUEIRA, Conceição; SILVA, Isabel. **Cidadania, construção de novas práticas em contexto educativo**. Porto: Ed. ASA, 2001.

PERKINS, Douglas; ZIMMERMAN, Marc. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings, **American Journal of Community Psychology**, v. 23, n. 5, p. 569-579, Oct. 1995.

RAWLS, John. **Political liberalism**. Columbia: University Press, 1993.

ROMANO, Jorge. O empoderamento: enfrentaremos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In: **International Workshop Empowerment and Rights Based Approach in Fighting Poverty Together**, Rio de Janeiro, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Formar, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a new common sense**: law, science and politics in the paradigmatic transition. Nova Iorque: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Artigo recebido em: 23/07/2013

Artigo aprovado em: 07/10/2013